



AGUIAIS, Edilson (org). Goiânia: IBCAPPA Editora, 2022.

**“Capítulo 9: Regimes de Capitalização, Taxas, Juros & Multa.
PERÍCIA BANCÁRIA: CASOS PRÁTICOS VOL. 3 – A DEFESA DO EXECUTADO”**

Edson Martins de Oliveira³

O livro **Perícia Bancária: Casos práticos – Vol. 03: A defesa do executado** é um elo entre profissionais da área de administração, ciências contábeis e ciências econômicas com os operadores do direito, trazendo para o centro do debate a dimensão garantista da execução. , etapa final de um processo), mostrando que cumprir decisões judiciais não significa suprimir direitos. A obra convida advogados, peritos (administradores, contadores, economistas) e magistrados a repensarem a execução como fase meramente mecânica, propondo uma prática orientada à justiça material e ao devido processo legal.

Em vez do automatismo executório, defende-se uma atuação técnica e estratégica que fortalece o contraditório, a ampla defesa e a proporcionalidade. Com base em casos práticos, o livro demonstra caminhos para impugnar cálculos, revisar juros, identificar capitalizações indevidas, tarifas não pactuadas e eventuais abusos. Mostra como formular quesitos eficazes, pedir a produção de prova pericial e mapear nulidades, prescrição e demais teses defensivas. Valoriza a transparência metodológica, a rastreabilidade dos números e a clareza na comunicação com o juízo. Ao equilibrar a assimetria informacional entre instituições financeiras e executados, aponta para decisões mais justas e fundamentadas. O resultado é um roteiro de estratégia processual e boas práticas periciais que transforma a execução em verdadeiro espaço de garantia de direitos. É um convite a unir técnica, ética e precisão analítica na defesa do executado.

³ Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA. E-mail: edson.oliveira@unialfa.com.br

REGIMES DE CAPITALIZAÇÃO, TAXAS, JUROS & MULTA

A matemática financeira constitui um pilar fundamental para a compreensão das dinâmicas econômicas e das operações comerciais, sendo indispensável para profissionais de diversas áreas, como finanças, contabilidade, administração e economia. No contexto jurídico, a sua aplicação se mostra particularmente relevante em cenários de perícia, especialmente a perícia bancária, em que a interpretação e o cálculo de juros, multas e taxas podem determinar o desfecho de disputas e garantir a equidade nas relações contratuais. O **Capítulo 9, intitulado "Regimes de Capitalização, Taxas, Juros & Multa"**, de uma obra que tem um foco em casos práticos de perícia bancária, propõe-se a ser um guia introdutório e esclarecedor sobre conceitos elementares, frequentemente geradores de dúvidas entre acadêmicos e profissionais em início de carreira.

Este capítulo se insere em um cenário no qual a clareza conceitual da matemática financeira é crucial para a formação e o aprimoramento profissional. O autor, ciente das dificuldades observadas ao longo dos anos – tanto em sua própria jornada acadêmica e profissional quanto a de seus colegas –, busca preencher lacunas e oferecer uma perspectiva mais didática e enraizada nas bases do conhecimento. A proposta do capítulo não é apresentar uma "varinha de condão" ou um "método milagroso", mas sim reforçar a importância do estudo contínuo e da solidificação de conceitos básicos para o domínio pleno da matéria.

O objetivo desta resenha é apresentar o Capítulo 9, destacando sua estrutura, clareza na apresentação dos conceitos e a profundidade de suas discussões. Buscar identificar os pontos fortes da abordagem do autor, suas principais contribuições para o público acadêmico e profissional, bem como as limitações e possíveis lacunas que poderiam ser exploradas para enriquecer ainda mais o conteúdo.

AS DIFICULDADES EM ANALISAR OS TERMOS DA MATEMÁTICA FINANCEIRA

O Capítulo 9 inicia sua discussão com uma introdução que contextualiza as dificuldades recorrentes no entendimento de regimes de capitalização, taxas, juros e multa, temas centrais da matemática financeira. O autor compartilha sua própria experiência e a de colegas, destacando a percepção de que, apesar da vasta literatura existente, a abordagem de certos termos e símbolos pode, por vezes, gerar mais confusão do que clareza. Ele ressalta que o objetivo do capítulo não é revolucionar o tema, mas sim contribuir de forma complementar, enfatizando que o domínio da matemática financeira advém do estudo contínuo e da absorção profunda dos conceitos essenciais. A premissa fundamental da matemática financeira, conforme o autor, é o "estudo do valor do dinheiro no tempo",

ilustrando que uma unidade monetária não possui o mesmo valor em datas distintas.

Antes de aprofundar nos regimes de capitalização, o capítulo apresenta uma seção dedicada a conceitos cruciais, definindo termos como:

- **CAPITAL (C) e/ou VALOR PRESENTE (VP):** O valor inicial de uma aplicação, contratação ou empréstimo.
- **TAXA (I):** O coeficiente que remunera o capital.
- **PRAZO (P):** A unidade de tempo de utilização do capital.
- **JUROS (J):** A remuneração do capital utilizado.
- **MONTANTE (M) e/ou VALOR FUTURO (VF):** O capital acrescido da remuneração dos juros.

REGIMES DE CAPITALIZAÇÃO E TAXAS

Subsequentemente, o capítulo mergulha nos Regimes de Capitalização, um termo que, segundo o autor, pode gerar dúvidas para iniciantes. A capitalização é analisada sob dois aspectos: contínua e discreta. Enquanto a capitalização contínua ocorre com juros recebidos em períodos reduzidos, a discreta acontece no início ou no final do período. O foco principal, contudo, recai sobre os dois tipos básicos de regimes de capitalização:

- **Juros Simples:** Compreende-se que o valor base para o cálculo dos juros é sempre o capital inicial. O crescimento dos juros é linear, assemelhando-se a uma progressão aritmética. A fórmula apresentada é $J = C \times I \times N$, onde **J** são os juros, **C** é o capital, **I** é a taxa de juros e **N** é o prazo.
- **Juros Compostos:** Neste regime, a base para o cálculo dos juros é o saldo devedor final de cada período, ou seja, os juros são capitalizados sobre juros. O crescimento é exponencial, similar a uma progressão geométrica. A fórmula fornecida para o cálculo dos juros é $J = C \times [(1 + i)^n - 1]$.

A seção sobre Taxas reitera sua definição como o coeficiente de remuneração do capital, enfatizando que, dependendo do contexto, o termo pode gerar ambiguidades. O autor complementa que as taxas podem ser apresentadas de duas formas: percentual (em "centos") e unitária (em "unidade").

Juros e suas modalidades mais conhecidos

O tema Juros é apresentado como o termo mais conhecido e debatido em operações financeiras. O capítulo explora a antiguidade do conceito de juros, citando inclusive o livro de Deuteronômio da Bíblia Sagrada para ilustrar sua presença em discussões históricas. O autor classifica os juros em três modalidades principais:

- **Juros Remuneratórios:** Destinados a remunerar o capital em investimentos, financiamentos e empréstimos, também conhecidos como juros contratuais.
- **Juros Compensatórios:** Devidos quando um capital não esteve à disposição do proprietário por alguma ação danosa de terceiro, resultando na perda de rendimentos. São também chamados de indenizatórios.
- **Juros Moratórios:** Incidem sobre o devedor que não cumpriu um compromisso financeiro na data de vencimento pactuada. Conhecidos como juros de mora.

A Multa como elemento de penalidade

A seção Multa aborda a penalidade imposta em casos de inadimplemento contratual, onde o credor busca compensação pela quebra de contrato. A multa, também denominada multa de mora, é expressa em percentual.

CONCLUSÃO

A intenção do autor foi de oferecer uma contribuição complementar, baseada em suas experiências, para o entendimento dos temas. O autor reflete sobre sua própria jornada, marcada por desafios na compreensão de terminologias e simbologias complexas, e expressa a esperança de que o capítulo ajude os leitores a sanarem dúvidas sobre regimes de capitalização, taxas, juros e multa.

Sua abordagem didática, a linguagem acessível e a clareza na apresentação das definições básicas de capital, taxa, prazo, juros e montante são pontos positivos que facilitam o aprendizado inicial. A distinção entre juros simples e compostos, bem como a classificação das diferentes modalidades de juros (remuneratórios, compensatórios e moratórios) e da multa, são contribuições valiosas para a compreensão do vocabulário financeiro e jurídico.

Em suma, o Capítulo 9 serve como um bom ponto de partida para a introdução aos fundamentos da matemática financeira, especialmente para quem está iniciando os estudos na temática. Ele é um lembrete importante da necessidade de dominar os conceitos básicos para construir um conhecimento sólido.

O livro, de maneira geral, contribui para o aperfeiçoamento dos profissionais que

trabalham com captação de recursos financeiros, como empréstimos bancários, em nome das empresas na qual atuam. Uma vez que fazer a análise detalhada de empréstimos bancários, por exemplo, antes do contrato ser assinado pode evitar surpresas financeiras indesejadas posteriormente.